



Preservação da biodiversidade brasileira e compromisso com o futuro do planeta

A política ambiental dos mandatos do PT transformou a agenda ambiental em compromisso de todas as instâncias de governo e criou as condições para que o Brasil assumisse liderança nas negociações internacionais sobre clima e biodiversidade.

COMBATE AO DESMATAMENTO ILEGAL NA AMAZÔNIA

Já em 2004, teve início o **Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal** (PPCDAm) para enfrentar o desmatamento de forma abrangente, integrada e intensiva, por meio de um arranjo inovador de governança das ações, que envolvia mais de uma dezena de ministérios.

Monitorada com competência técnica reconhecida pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), a evolução das taxas de desmatamento da Amazônia, ao longo dos governos do PT, mostra o sucesso da estratégia do PPCDAm. Após o pico em 2004, quando atingiu o segundo maior patamar da série, a curva decresceu continuamente até atingir o menor nível da história em 2012, oscilando, nos

três anos subsequentes, nos menores índices até hoje registrados.

A experiência do PPCDAm serviu de paradigma para a elaboração do **Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento e das Queimadas no Cerrado**, lançado em 2009. Levou também à adoção da **Estratégia Nacional de Monitoramento dos Biomas Brasileiros**, que, a fim de gerar subsídios para políticas públicas, acompanha o desmatamento em todos os biomas - Cerrado, Caatinga, Pantanal e Mata Atlântica. E incentivou o lançamento do **TERRACLASS**, programa que acompanha a área desmatada na Amazônia e é uma das referências no mundo sobre conhecimento científico e desenvolvimento de instrumentos para a gestão de uso da terra no Brasil.



■ Protagonismo internacional

O êxito no enfrentamento ao desmatamento ilegal na Amazônia nas gestões do PT foi o mais importante resultado global do ponto de vista da redução de emissões de carbono. Ancorado nesses excepcionais resultados, o Brasil pode assumir o protagonismo nas negociações internacionais sobre clima e biodiversidade, adotando uma postura ousada tanto de liderança, como na Rio +20, quanto de proposição de metas voluntárias relevantes, como na COP15.

Essas metas, cujo cumprimento representaria a maior contribuição voluntária, em escala mundial, de redução de emissões de CO₂, foram bem recebidas pela comunidade internacional, não apenas pela credibilidade construída por meio do bem sucedido enfrentamento ao desmatamento, mas também por estarem inseridas na Política Nacional sobre Mudança do Clima, aprovada em 2009.

A seriedade dos nossos governos no combate ao desmatamento ilegal na Amazônia criou oportunidades sem precedentes para a intensificação da cooperação internacional em temas ambientais. **Recursos internacionais foram captados por meio do Fundo Amazônia e do Fundo Global do Meio Ambiente (GEF)** – que financiaram o projeto ARPA, de proteção a 60 mil hectares na Amazônia entre 2003 e 2017, entre outros.

Em relação a áreas protegidas, os avanços no período do PT foram expressivos. Em 13 anos, foram criadas 90 unidades de conservação, 27% do total hoje existente. Foi nesse período também que a implementação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação se intensificou, consolidando práticas que asseguraram a gestão dinâmica da maior extensão de áreas protegidas do mundo, realizada em parceria com governo estaduais, municipais e parcela do setor privado.

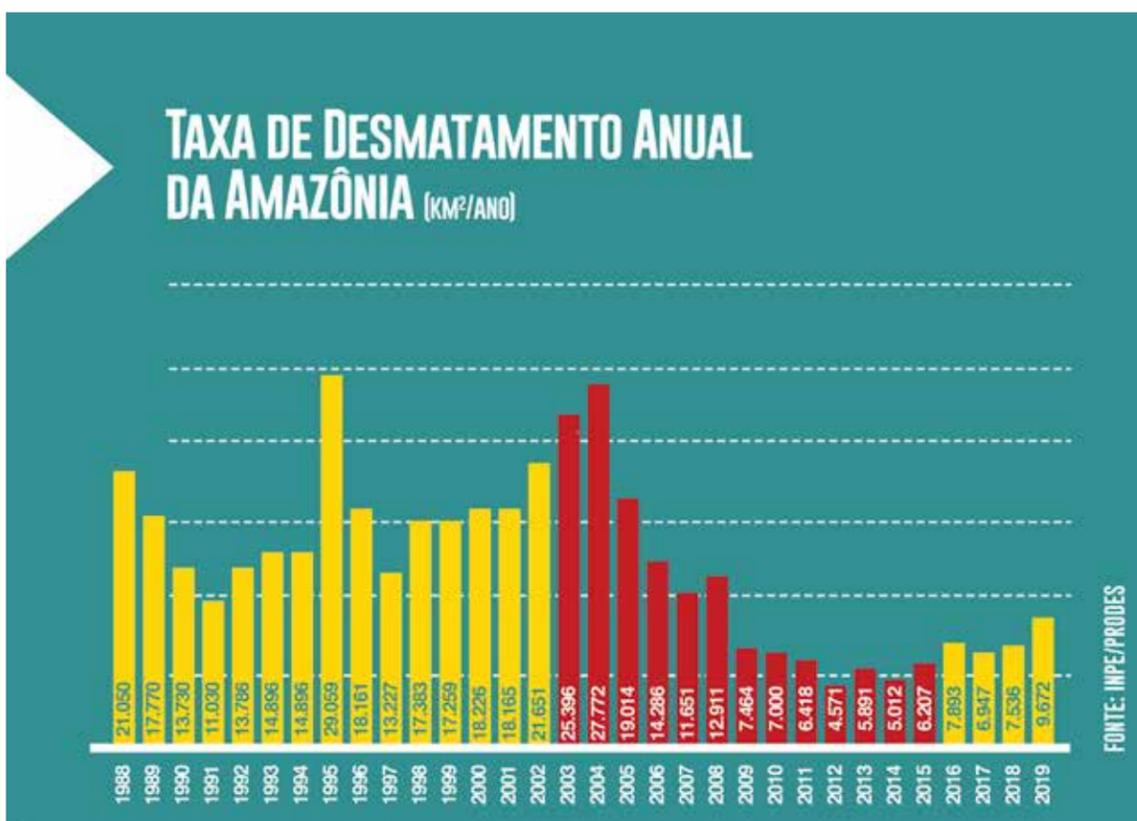




FOTO: RICARDO STUCKERT



AVANÇOS AMEAÇADOS PELO ATUAL GOVERNO

O comportamento do atual governo brasileiro coloca em risco todo esse arcabouço. A retomada do desmatamento ilegal na Amazônia, acompanhada da inação na fiscalização, dificulta o cumprimento da meta, inscrita na Política Nacional, de redução em 80% (para 3.925 km² ao ano), até 2020, em relação à média de 1996-2005. Coloca também em questão o protagonismo e as parcerias internacionais do Brasil, retirando recursos de projetos importantes para assegurar a preservação da Amazônia.

USO SUSTENTÁVEL DOS RECURSOS NATURAIS

Um eixo fundamental da política ambiental nos governos do PT foi a criação e implementação de instrumentos para regular e estimular o uso dos recursos naturais, em especial pelas populações tradicionais que ocupam regiões importantes do ponto de vista da biodiversidade e das florestas, por acreditar que essa é a melhor forma para sua preservação.

A **inclusão verde** faz parte dessa estratégia e tem no **Bolsa Verde** um de seus melhores exemplos. Trata-se de benefício de R\$ 300 mensais pagos a famílias extremamente pobres que vivem em reservas extrativistas ou florestas nacionais, por meio do Cartão do Bolsa Família. Entre 2011 e 2015, 77 mil famílias foram atendidas pelo programa.

Outro marco importante desse esforço foi a aprovação, em 2015, da **lei que regula o acesso a recursos genéticos** e a repartição dos benefícios associados a sua exploração. Com ela, será possível avançar no desenvolvimento da bioindústria nacional, assegurando o proveito sustentável da biodiversidade e, ao mesmo tempo, criando as condições para investimento nas comunidades e povos detentores dos saberes tradicionais.

O **Plano Nacional de Agroecologia**, lançado em 2013, e o **Programa Nacional de Gestão Ambiental em Terras Indígenas** (PNGATI), de 2012, são duas outras iniciativas em prol da **exploração sustentável de nossa biodiversidade**.

O primeiro articula instrumentos para promover a transição agroecológica entre os agricultores familiares. O segundo prevê a conservação e o uso sustentável dos recursos naturais das terras e territórios indígenas, garantindo a integridade do patrimônio desses povos.

A **aprovação do novo Código Florestal**, após décadas de polêmica, representou mais um avanço no esforço para conciliar atividade produtiva e preservação da biodiversidade. Com a nova legislação e o estabelecimento do **Cadastro Ambiental Rural** (CAR), documento que passa a ser obrigatório para regularização da terra por todos os proprietários ou posseiros, foram criadas as condições para implementar um programa de recuperação de vegetações nativas e florestas. Tal ação, sem precedentes no Brasil, estava sendo iniciada antes do golpe de 2016.

COMPROMISSO COM O DESENVOLVIMENTO LIMPO

O Brasil possui uma das matrizes energéticas mais limpas de todo o mundo. Em 2018, 45% da oferta de energia interna provinha de fontes renováveis. Segundo o Balanço Energético Nacional, cada brasileiro produzindo e consumindo energia emitiu cerca de 7,5 vezes menos CO₂-eq do que um americano e 3 vezes menos do que um europeu ou um chinês. E a economia brasileira, por sua vez, é, em média, 17% menos intensa em carbono do que a europeia, 48% menos do que a americana e 68% menos do que a economia chinesa.

Esse quadro qualifica o Brasil a uma posição de destaque nos debates e na destinação de recursos externos para políticas e projetos associados ao desenvolvimento limpo. Mas exige também um compromisso claro e constante com o investimento em fontes renováveis de energia, uma das diretrizes dos governos do PT.

O Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB), criado em 2005, buscou fomentar a introdução do biodiesel na matriz energética por meio de três pilares: a inclusão social através da agricultura familiar, a sustentabilidade ambiental e a viabilidade econômica. O programa contava com um cronograma para adição do biodiesel no diesel, que foi cumprido e antecipado. Atualmente, com base em lei editada pela presidenta Dilma, essa parcela de adição corresponde a 10%.

O crescimento expressivo, nos últimos anos, desse biocombustível em nosso conjunto de fontes de energia tem vários ganhos: representa menos emissões de poluentes e de gases efeito estufa, medida integralmente alinhada com os compromissos assumidos na COP 21, em Paris; agrega valor à produção agrícola, ao estimular sua industrialização, principalmente no caso da soja, que responde por mais de 75% da matéria-prima do biodiesel; e gera mais mercado para a agricultura familiar, uma vez que 92% da

nossa produção de biodiesel dispõem do Selo Combustível Social, criado justamente para inserir esse segmento de nossos produtores agrícolas nessa cadeia de produção.

Fontes alternativas de energia

Além do estímulo aos biocombustíveis, os governos do PT também implementaram políticas para fomentar fontes alternativas de energia com alto potencial no Brasil, como eólica e solar. O desafio era assegurar que a diversificação da matriz energética ocorresse sem alterar o compromisso com a modicidade tarifária que orientou a política do setor nos 13 anos de governos do PT.

Para isso, foram realizados leilões específicos de compra dessas energias, criando programas de financiamento para aquisição de equipamentos com regimes tributários diferenciados.

Os avanços foram expressivos e começam a ser vistos no momento atual, quando os fru-

tos das medidas tomadas nas gestões do PT começam a ficar claros. No caso da energia eólica, os saltos ocorrem a partir dos primeiros leilões específicos, em 2009. O número de usinas cresceu de 51, em 2010, para as atuais 595 produzindo comercialmente.

Hoje, a capacidade de geração de **energia eólica no Brasil é superior a 48 mil GWh, o suficiente para abastecer 25 milhões de residências por mês**. Regionalmente, o Nordeste se destaca, com Rio Grande do Norte, Bahia e Piauí, que lideraram, no primeiro semestre de 2019, a geração de energia eólica.

Com relação à energia solar, a expansão centralizada adquiriu impulso com os leilões específicos em 2013 e a distribuída, com a mudança de regulação a partir de 2012. Com isso, nos últimos dois anos, a capacidade de geração dessa energia cresceu mais de 40 vezes e, em 2018, 0,5% da energia elétrica consumida no país era proveniente dessa fonte.

